

CONSERVADORISMO, EDUCAÇÃO E TOMISMO NO IMPÉRIO BRASILEIRO

Patrícia Carla de Melo Martins*

Resumo: O sistema de ensino, organizado para formar a elite dominante, tornou-se uma via de legitimação do padroado régio no Brasil. Ao ser alçado num princípio filosófico-teológico verifica-se uma constante presença do tomismo no discurso dos manuais de filosofia utilizados nos cursos secundário e superior. A filosofia tomista apresenta-se como uma estrutura de poder junto à elite dominante que normatizava, por exemplo, concepções de hierarquia política. Entregue a Congregação dos Capuchinhos franceses, em 1856, o Seminário Episcopal de São Paulo foi um difusor do pensamento tomista entre os cafeicultores que passaram a liderar a economia nacional. Este artigo tem como objeto de análise os manuais de formação utilizados no seminário durante a segunda metade do século XIX, nos quais se evidenciam os aspectos da filosofia-teológica propalada pelo clero francês. Verificam-se nesta abordagem características das práticas e representações do tomismo dispostas sobre da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Conservadorismo, educação, monarquia, tomismo, capuchinhos.

ABSTRACT: The teaching system, organized to form the dominant upper class has become a way of *padroado-régio* legitimacy in Brazil. Once it is considered a theological-philosophical principle, we may verify the constant presence of Thomism within the discourse of secondary and undergraduate course materials. The thomistic philosophy is presented as a power structure next to the dominant upper class that ruled, for example, ideas of political hierarchy. Part of the French Congregation of the Capuchins, in 1856, the *Seminário Episcopal de São Paulo* was responsible for the Thomistic thought among the coffee producers who led the national economy. This paper analyses the formation materials used in the Seminary during the second half of 19th century in which the aspects of French clergy theological philosophy were stressed. Characteristics of Thomism practices and representations along the Brazilian society may be verified in this approach.

KEY-WORDS: Conservatism, education, monarchy, Thomism, Capuchins.

Este artigo apresenta uma discussão sobre o tomismo no Brasil difundido por intermédio da educação no século XIX. O tomismo é analisado como um princípio filosófico estruturante do conservadorismo. Trata-se de uma pesquisa sobre o pensamento religioso da elite política brasileira. A religião é entendida aqui como um paradigma de conhecimento. Dentro das abordagens antropológicas, que têm origem em Emile Durckheim¹, a religião é uma categoria de compreensão da realidade, que pode ser entendida a partir da análise conceitual implícita no seu discurso. Os conceitos religiosos são eficazes quanto à produção iconográfica e simbólica, permeando características mentais e outras variantes que fornecem sentido e coesão à realidade dos grupos que a professam, que, por sua vez envolvem os sacerdotes, líderes, e a

* Doutora em Ciências da Religião pela PUC-SP.

¹ Cf: DURCKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

comunidade de fiéis, seus seguidores. Neste sentido, a religião vem sendo avaliada por autores da antropologia e sociologia cultural, na linha de Claude Lévi-Strauss² e Pierre Bourdieu³, como um campo por onde se produz parte dos elementos da cultura de um povo ou grupo social. A religião apresenta uma estrutura própria ao grupo que a constituiu, seus elementos pertencem às características históricas da atividade humana participando da cultura, da política, da economia e da organização da sociedade.

O objetivo central deste trabalho é pensar a educação como estratégia política da corte portuguesa para garantir seus domínios junto à sociedade brasileira do século XIX. A educação foi utilizada para instaurar uma dada concepção de modernidade permeada pelos ideais da cultura política monárquica em vigor na Europa até o século XVIII. Estrategicamente, a educação no Brasil deveria impedir a entrada dos ideais revolucionários emergentes na sociedade europeia. A análise da educação sistematizada no Brasil no decorrer do século XIX para formar a elite dominante, identifica características ideológicas comuns na estrutura de poder vigente na política colonial e na política monárquica.

O local privilegiado nesta discussão é a província de São Paulo, onde os resultados da cafeicultura tiveram maior impacto, trazendo da Europa e Estados Unidos posturas subversivas à ideologia política dominante. A província de São Paulo se tornou um local de tensões políticas, exigindo a tentativa de estratégias coercitivas, por parte do poder instituído, que amenizassem as divergências ideológicas.

A partir da intensificação do uso do capital monetário, novas relações sociais e um novo cenário arquitetônico emergiram junto aos povoados que se configuravam em território paulista, dando origem às cidades, que se apresentavam como uma nova proposta de sobrevivência e estilo de vida. A configuração de uma nova realidade é avultada primeiro na região do Vale do Paraíba e posteriormente no Oeste Paulista. Nova realidade que exigiu da sociedade adaptações culturais que atendessem às exigências e expectativas lançadas no contexto sócio-econômico do desenvolvimento material, por exemplo, a qualificação profissional, garantida pela educação, que vai desencadear a divisão do trabalho e as relações assalariadas.

² Cf: LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

³ Cf: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

De acordo com José Murilo de Carvalho⁴, a elite brasileira foi pensado dentro de um projeto educacional, proposto por dom João VI, que visava à unificação ideológica da elite política por intermédio da educação superior. Nesse sentido foram criadas as primeiras faculdades de ensino superior destinadas à formação ideológica da elite política. A predominância da atividade agrícola, mantida pelo modo de produção escravocrata, configurou a presença hegemônica de uma elite agrária, que a partir do século XIX foi impelida à formação educacional, condição *sine qua non* para continuar garantindo seus predomínios políticos. De acordo com a monarquia instituída era importante a presença de escolas superiores no país, já que impediam a saída dessa elite para a Europa onde o ensino estava permeado por um ideal revolucionário subversivo à ordem monárquica que se impunha no Brasil no contexto da sua emancipação política. As escolas superiores no Brasil eram mantidas pelos professores europeus. Estes, porém, compunham as alas conservadoras, contrária a revolução política e, atendiam aos princípios ideológicos dispostos no pensamento monárquico em vigor.

A monarquia brasileira, definida sob o padroado régio, garantiu a participação do clero católico na estrutura política dominante. Dentro das implicações desta política monárquica os clérigos eram mantidos como funcionários do estado, assim como os militares e a grande maioria dos magistrados que compunham as câmaras dos senadores, deputados e ministros.

Na estrutura da colônia, os seminários episcopais - local de formação do clero - careciam de professores e conteúdos, o bispo era quem ministrava todas as matérias, usando como recinto uma das salas da sua casa, ordenando em pouco mais de um ano. A participação dos bispos se fez decisiva na manutenção do catolicismo no Brasil entre os anos que marcam a expulsão dos jesuítas e a vinda da corte portuguesa. Nesse período, que envolve a segunda metade do século XVIII, os precários meios de comunicação frente à extensão territorial brasileira, favoreceram a definição de um clero heterogêneo ideologicamente quanto às posturas religiosas e políticas. Vale lembrar que os bispos que assumiam encargos no Brasil vinham da Europa e, inevitavelmente traziam as influências de um pensamento filosófico que estava questionando a hierarquia política monárquica e religiosa.

⁴Cf: CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Com a presença da corte portuguesa no Brasil e a conseqüente implantação da monarquia, emergiu a necessidade de formar uma elite ideologicamente homogênea e de proporcionar uma formação mais adequada ao clero. Durante a monarquia de dom Pedro I (1822-1831) e a Regência (1831-1840), não se verifica nenhum projeto de reorganização do ensino destinado à formação dos padres. Foi durante a monarquia de dom Pedro II (1841-1889) que encontramos os primeiros indícios de uma reformulação no ensino que era oferecido pelos bispos. No caso específico da província de São Paulo, não havia uma estrutura educacional que se destinasse à formação dos padres e fosse compatível com as novas expectativas educacionais, não havia um local com estrutura física adequada ao ensino escolar. A necessidade de adequação educacional do clero era necessária para redefinir as posturas ideológicas do clero e porque aos seminários ficava o encargo de garantir o ensino fundamental e secundário da juventude masculina.

Foi no contexto do desenvolvimento econômico da produção e comércio do café que emergiu, na província de São Paulo, a necessidade de sistematização do ensino destinado à formação dos padres e conseqüentemente à educação fundamental garantida por eles. O clero, integrante da elite agrária - um grupo de letrados influentes em suas localidades -, precisava ser submetido a uma ordem de pensamento condizente com aquela defendida pela monarquia. Até porque, com o desenvolvimento econômico da produção de café, a elite paulista assumiu maior relevância política, repercutindo seus ideais de maneira subversiva ao centralismo monárquico.

As escolas particulares começaram a ser construídas em São Paulo a partir da Lei Provincial de março de 1846, dispensando processos burocráticos ou formais de autorização. Argumentava-se que as escolas públicas que haviam eram inconsistentes e não preparavam os alunos para alcançarem os cursos superiores⁵. Esse decreto favoreceu a criação das escolas particulares.

A fundação do Seminário de São Paulo⁶, em 1856, visava atribuir novas conotações à participação dos sacerdotes junto à sociedade. Fazia parte dos interesses da

⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Instituto Braudel; Imprensa Oficial, 2005, p. 79.

⁶Cf: MARTINS, Patrícia C.M. *Seminário Episcopal de São Paulo e o paradigma conservador do século XIX*. São Paulo, 2006. 309f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

monarquia e da hierarquia católica romana, proporcionar novas características sociais e culturais aos párocos. É importante salientar que também na província de São Paulo se apresentava um grupo social envolvido com a aristocracia agrária, que defendia os ideais políticos conservadores e a necessidade de se aproximar daquilo que estava sendo defendido pela hierarquia católica romana. Na monarquia de dom Pedro II, inicia-se um movimento conservador para amenizar os impulsos de autonomia política que se criaram junto às províncias durante o período regencial. Ocasão em que às posturas do papa Pio IX representaram um apoio à ordem monárquica, defendendo às concepções de hierarquia social e política. O envolvimento da monarquia de dom Pedro II com a formação sacerdotal da província de São Paulo pode ser verificado, tanto na construção do prédio onde funcionou o seminário quanto na manutenção do corpo docente. A construção e desenvolvimento do seminário ocorreu no auge do conservadorismo monárquico brasileiro. O seminário, fundado em 1856 na cidade de São Paulo, contou pela primeira vez com uma estrutura pedagógica que envolvia um estilo arquitetônico e uma grade curricular, com conteúdos que atendiam à proposta da hierarquia romana vigente no Concílio de Trento. Até então, havia somente dois seminários no Brasil que atuavam dentro das condições previstas pela hierarquia romana: o seminário da Bahia e o seminário de Mariana, principais centros responsáveis pela definição de um clero conservador, ou seja, submetido a hierarquia papal romana.

A tentativa de impor uma nova conduta aos padres da província de São Paulo teve início em 1852 com a nomeação do bispo dom Antônio Joaquim de Melo (1852-1862)⁷. O bispo dom Antônio era contrário ao caráter subversivo da elite paulista, que, em algumas localidades, incluía a participação do clero. Dom Antônio foi o primeiro bispo, nascido no Brasil. Natural de Itu, ele era filho de portugueses que vieram para o Brasil no começo do século XVIII; membro da nobreza⁸, seu pai pertencia aos grupos militares de ocupação do território. Como padre, ele sempre esteve envolvido com a educação elementar – colégios propedêuticos – que instruía os filhos da aristocracia agrária⁹.

⁷ Cf. WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

⁸ MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p.72.

⁹ FONTOURA, Ezechias Galvão da. *Vida do Exmo. e Revmo. D. Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo e do Conselho da sua Majestade o Imperador Conde Romano Prelado doméstico de sua santidade assistente ao Trono Pontifício, Etc. Etc.* São Paulo: Escola Typ. Salesiana, 1898.

Dom Antônio, logo que assumiu o bispado em 1852, promulgou o *Regulamento para ordinandos*¹⁰ e o *Regulamento ao clero*¹¹. Os regulamentos submetiam o clero a um estatuto, cujo objetivo era impor nova conduta, distinta daquela que vinha sendo assumida pelos padres liberais. É importante salientar que a reação da Igreja Católica à modernidade recaiu consideravelmente sobre os padres seculares, os quais deveriam se apresentar como um grupo distinto da sociedade emergente.

Essa imposição de novas condutas, que foi pensada como uma reforma religiosa no contexto da sociedade do século XIX, se legitimou a partir de um discurso filosófico-teológico disposto na educação. A educação assumiu um caráter estruturante no paradigma religioso que estava sendo almejado e o seminário episcopal uma peça chave à difusão de novas práticas e representações religiosas. A educação oferecida pela hierarquia católica garantia uma nova religiosidade entre os padres e conseqüentemente entre os fiéis.

A fundação do seminário de São Paulo, em 1856, foi motivada pelos anseios de reforma da hierarquia católica romana e pelos interesses políticos da monarquia de dom Pedro II, que iam ao encontro dos interesses particulares de alguns grupos a que pertenciam à elite agrária paulista. A ala conservadora da elite paulistana que se organizava no oeste paulista encontrara na figura do bispo dom Antônio seu representante político e religioso. Como bispo, dom Antônio conseguiu congregar as forças conservadoras do Oeste Paulista e do Vale do Paraíba. Os aristocratas cafeicultores participaram das comissões organizadas para a construção do prédio e garantiram posteriormente o desenvolvimento do Seminário São Paulo enviando seus filhos para lá efetivarem seus estudos.

Entre 1856 e 1879, o desenvolvimento do seminário se deu sob a administração dos capuchinhos franceses. O corpo docente e a administração educacional desse estabelecimento de ensino era composto exclusivamente pelos clérigos da Ordem dos Capuchinhos de Savóia. De acordo com as correspondências entre o papa Pio IX e o bispo dom Antônio, o seminário deveria funcionar dentro das condições dispostas na

¹⁰ MELO, Antônio Joaquim de. *Regulamento para ordinandos*. São Paulo, 1952. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, pastas avulsas do Seminário Episcopal de São Paulo 1854-1864, p. 1-6.

¹¹ MELO, Antônio Joaquim de. *Regulamento ao clero*. 2 de agosto de 1851. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentos Interessantes, p.27-42. Estante 15, gaveta 79, n.52.

autorização do Concílio de Trento, sés. 23 de ref.18, e de acordo com o decreto n. 1.275 de 21 de abril de 1853, que determinava também a nomeação dos reitores e lentes¹².

As cartas pastorais emitidas pelo bispo dom Antônio indicam a presença de alguns pontos de tensão entre os anseios da hierarquia romana e o bispo paulista quanto à fundação do seminário. A hierarquia determinou Imaculada Conceição como padroeira e os capuchinhos franceses para assumir a administração e docência. Dom Antônio esperava a vinda dos jesuítas ou dos lazaristas para assumir o seminário. Desde a sua primeira carta pastoral dom Antônio determinou Inácio de Loyola como padroeiro do seminário. Diante da definição da hierarquia romana quanto a presença dos capuchinhos, em detrimento dos jesuítas ou lazaristas, dom Antônio deixou no seu testamento que os capuchinhos deveriam permanecer na instituição por no máximo 25 anos; tempo esse suficiente para que o clero ali formado fosse capaz de assumir a administração e docência do estabelecimento de ensino. Quanto aos santos padroeiros dom Antônio determinou à consagração dos dois, Santo Inácio e Imaculada Conceição. De qualquer modo fica explicitado nas cartas pastorais que, para ambos, hierarquia romana e para o bispo dom Antônio, seria imprescindível a administração e ensino dos clérigos europeus junto ao Seminário. Reconhecia-se que no Brasil não havia um grupo capaz de difundir o exercício de uma nova religiosidade.

Historicamente os capuchinhos tinham sido importantes na manutenção da ordem monárquica católica da França. Eles integravam a corte francesa desde o século XVII, foram significativos no movimento de contra-reforma, destacando-se nas regiões de Lyon, Savóia e Genebra, onde o calvinismo tomou maior vulto¹³. No Brasil os capuchinhos italianos eram os responsáveis pelos sacramentos da corte luso-brasileira fixada no Rio de Janeiro. Na província de São Paulo, a presença de um grupo de professores franceses junto ao seminário episcopal compactuaria com os interesses da sociedade emergente que atribuía a educação francesa uma via de acesso à cultura civilizatória.

¹² CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. Carta Pastoral sobre o Seminário. In: *A Igreja na História de São Paulo (1851-1861)*. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953. p. 314. Carta Pastoral n. 8.

¹³ COGNIN, P. Jean de. *Les Capucins en Savóie*. Chambéry: Rosier De Sant François, 80, Faubourg; Montmelien, 1934, p.13-14.

A administração e docência desses padres capuchinhos no Seminário de São Paulo garantiu ao clero paulista suporte para permanecerem junto às estruturas políticas, no momento em que o Brasil transitou da ordem monárquica para a ordem republicana. No final do século XIX e primeiras décadas do século XX os padres que haviam se formado foram significativos em suas localidades abrindo colégios, masculino e feminino, e casas de assistencialismo, como hospitais, orfanatos e asilos. Os bispos formados no Seminário de São Paulo exerceram grande influência em suas localidades, abrindo outros seminários e escolas nos mesmos moldes do Seminário de São Paulo.

Os capuchinhos operacionalizaram, a linha de raciocínio filosófica-teológica prevista para a definição de um novo perfil religioso tanto do clero como da sociedade. Os manuais de formação utilizados no seminário estavam submetidos à teologia francesa. Eles são mencionados pela primeira vez no *Regulamento para os Ordinandos*. A *Filotéia ou Introdução à vida Devota*, por São Francisco de Sales; a *Teologia Dogmática e Moral*, de Gousset; e o *Catecismo* do Abade Guillois, em quatro volumes, são as obras de leitura obrigatória mencionadas no regulamento.

A *Filotéia*¹⁴ foi publicada pela primeira vez no século XVII. Francisco de Sales (1567-1622) fora preboste – juiz, militar e líder espiritual - do Chablais e bispo de Genebra em 1602. Ele aparece na literatura produzida pelo próprio clero como um grande expoente da contra-reforma; fora canonizado pelo papa Alexandre VII, em 1665. Durante o tempo que atuou como bispo, Francisco de Sales ficou responsável pela atividade missionária dos capuchinhos de Savóia. Durante a expansão do calvinismo, intensificada na região da Savóia, os capuchinhos, seguindo os princípios medievais, ocupavam a posição de soldados do catolicismo. Tratando-se de um guia às práticas de devoção do catolicismo, a *Filotéia* foi uma das obras indicadas no papado de Pio IX que, em 1877, elevou Francisco de Sales à categoria de doutor da Igreja.

A *Filotéia* se apresenta para o leitor como um livro singular na orientação dos exercícios religiosos. Ela propõe uma nova concepção de retiro espiritual que pode ser feito em comunidade, no dia-a-dia, entre as atividades sociais, não exigindo o isolamento comum dos retiros. O objetivo da obra é desenvolver o ascetismo como garantia de ascensão às maiores virtudes do homem, tornando-o um ser perfeito dentro das imperfeições da sociedade humana do seu tempo. Em suas notas explicativas *Filotéia* significa uma alma que ama a Deus.

Em formato de livro de bolso a *Filotéia* se divide em cinco capítulos. O primeiro capítulo se concentra na definição dos avisos quanto aos exercícios que convertem um simples desejo da alma, numa resolução decidida; apresenta uma discussão ontológica, trabalhando temas sobre a criação, finalidade do homem, pecado, morte, juízo final, inferno e paraíso. A segunda parte apresenta uma orientação para elevar a alma a Deus por meio da oração e da recepção dos sacramentos. Os sacramentos são apresentados como melhor caminho de se chegar à sabedoria divina de Deus, o que implica numa forma específica de participar da missa, invocar os santos, ouvir e ler a palavra de Deus

¹⁴ SALES, S. Francisco de. *Filotéia ou introdução a vida devota*. Petrópolis: Vozes, 1937. 5ª Edição.

e, sobretudo, em uma forma específica de confessar e comungar. Os sacramentos, durante a contra-reforma, foram os pontos mais enfatizados na definição de um cristianismo católico apostólico romano, que segue a tradição efetivada durante a Idade Média. O terceiro capítulo apresenta aquilo que denomina avisos necessários para a prática das virtudes; tratando das virtudes no âmbito da ética social e das concepções de humildade, obediência, reputação, castidade, pobreza e riqueza. Propõe ainda nesse terceiro capítulo, traçar uma avaliação do estado emocional que leva o ser humano ao pecado, indicando ao mesmo tempo um exame das emoções e uma forma de lidar com elas. O quarto e o quinto capítulos dispõem os avisos contra as tentações mais comuns e os exercícios necessários para renovar e conservar a alma na devoção, demonstrando um processo de constante avaliação da alma.

A importância desse guia de exercícios espirituais no seminário é comprovada pela organização da Congregação de São Francisco de Sales. Essa congregação foi organizada dentro do seminário pelos alunos. Ela apresentava-se como um movimento estudantil, onde os alunos podiam escolher o líder espiritual – um dos professores – e o capelão. A congregação contava com um estatuto interno que regulava seus fins, exercícios e burocracia para ingresso e permanência. O estatuto revela que apenas os melhores alunos, os mais dedicados aos estudos e com maior vocação, podiam participar do grupo. A submissão do aluno à estrutura de ensino em vigor e aos preceitos e exercícios dispostos no estatuto da congregação era um sinônimo de superioridade espiritual¹⁵, indicando o valor da obra como um guia para o desenvolvimento espiritual do aluno.

O *Manual de Teologia Dogmática* do Abade Gousset, na edição de 1852¹⁶, em três volumes, apresenta-se como um conhecimento que se opõe ao racionalismo herético em expansão na filosofia que se desenvolvia no século XIX. A religião é apresentada dentro de um argumento evolucionista, como tentativa de aproximação com as teorias evolucionistas no século XIX. Esse manual apresenta uma concepção de revelação geral e gradativa partindo do antigo testamento para o novo testamento, e do novo testamento para os sacramentos difundidos durante a Idade Média. Os sacramentos são apresentados como o último e mais elevado estágio da evolução do cristianismo católico romano.

O pensamento religioso é apresentado no manual de teologia dogmática, como o conhecimento racional da religião, pensada a partir dos seus dogmas, sua moral, e seu culto revelados por Deus. Gousset classifica sua obra da seguinte maneira, teologia dogmática, estudo das verdades que nós devemos crer; teologia moral, estudo das obrigações que nós devemos cumprir; e, teologia canônica, que trata do culto divino e da disciplina que se observa dentro da Igreja.

No primeiro volume, teologia moral, estudo das verdades que nós devemos crer, as concepções de tradição e sagrado são remetidas ao texto bíblico, apresentado como escritura sagrada. Na segunda parte, teologia moral, estudo das obrigações que nós devemos cumprir, encontramos um tratado sobre Deus, que explica os atributos da sua

¹⁵ CONGRAGAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE SALES. Atas (1887-1889). Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Localização: Seminário Episcopal de São Paulo, Estante 11, gaveta 3, n.21.

¹⁶ GOUSSET, Cardeal. *Theologie dogmatique ou exposition des preuves et les dogmes de la religion catholique*. Tomo I. Paris, editeur: Jacques Lecoffre, 1852.

revelação dentro das concepções de criação, de mundo, dos anjos, do homem e da divina providência. Na terceira parte, teologia canônica, emergem discussões sobre a Santa Trindade, a divindade do verbo, a encarnação dos filhos de Deus que se fizeram homem, a graça e os aspectos gerais e particulares dos sacramentos. O último tema abordado são os aspectos dogmáticos do corpo de Cristo na eucaristia e da confissão sacramental.

Na introdução Gusset defende que os autores modernos ao dividirem a teologia em natural e sobrenatural estabelecem dogmas que se afastam da religião, ou mesmo se diferenciam daquilo que se entende por religião. Gousset se enquadra dentro da linha da teologia revelada ou sagrada, predominante entre os teólogos franceses, que se apoiavam em princípios ideológicos sistematizados no final do século XVIII.

Na teologia revelada ou sagrada defendida pelos clérigos franceses os princípios da revelação apoiavam-se nas formulações da escolástica de São Tomás de Aquino, interpretada como doutrina racional da Igreja, ciência de Deus e dos bem aventurados, daqueles que se relacionam com a fé e a revelação divina. Verifica-se a ênfase em uma razão que se fundamenta naquilo que chamavam de conhecimento divino, disposto numa exposição pedagógica cujo objetivo é direcionar a interpretação dos clérigos num único ponto de vista, atribuindo um caráter absoluto ao seu discurso teológico.

A partir de 1864, mais uma obra integrou os manuais de formação dos seminaristas do Seminário de São Paulo, *O compêndio de Filosofia Católico Racional*, escrito pelo capuchinho frei Firmino de Centelhas, vice-reitor e professor do seminário. Na categoria de professor de filosofia sua obra pode ser pensada como um complemento na formação teológica dos alunos. Sua obra é dividida em três partes, cada qual contém uma lição subdividida em mais nove ou dez partes. A primeira lição leva o título A Belas Artes; a segunda A Arte da Oratória; a terceira A Arte Poética. Dentre os objetivos gerais da obra encontram-se mais uma vez uma crítica de insuficiência da filosofia moderna, apresentada como razão puramente natural do homem. Centelhas defende a hipótese de que a filosofia moderna ao negar os elementos da metafísica, estaria negando ao homem a revelação divina do Criador. A metafísica é considerada o estudo da revelação e o caminho que desenvolve os verdadeiros princípios de uma moral eficaz na orientação da existência humana. Negar a revelação seria negar as grandes verdades universais acerca da existência de Deus. Existência essa que está relacionada com a idéia de imortalidade da alma e com os deveres e limites da existência individual e coletiva. A obra de Centelhas procura ainda elucidar o que há de falso nas obras filosóficas que romperam com o raciocínio teológico, se tornando insuficientes para responder às angústias do ser humano. Ele não nega a presença do divino na filosofia racionalista, mas alega a sua insuficiência. Os católicos são colocados como portadores da verdade completa, os quais apresentam os recursos, ou meios, mais infalíveis para fugir ao erro. A cristandade católica seria a verdadeira conhecedora da revelação da palavra de Deus. A razão apresenta-se nesse discurso como algo falível, local onde se produz a indecisão e o engano que conduz ao erro. A verdade de Deus colocaria o homem em contato com leis positivas: moral fornecedora de uma visão concreta de bem e mal, solicitude, felicidade e sabedoria infinita. A metafísica e a moral apresentam-se como ciências providas de um método que faz do

clero o guardião e detentor das verdades fundamentais que têm guiado o homem desde o princípio de sua criação¹⁷.

O conjunto destes textos de leitura obrigatória do Seminário visavam a existência de um homem religioso dotado de uma reflexão específica, que questionava aspectos da sua natureza, condição e personalidade, podendo ser agrupadas numa linha comum de raciocínio. Raciocínio esse que busca incitar um questionamento ético, com princípios e valores dicotômicos, traçados numa concepção de bem e mal que dimensiona a atividade individual e coletiva. Os impulsos motivados pelas paixões, desejos ou anseios, são dispostos como as principais causas do sofrimento humano. Controlando os impulsos por intermédio da religiosidade católico-cristã, proposta nas obras de formação do clero, o indivíduo e conseqüentemente a sociedade, entrariam em um movimento de ascensão. O discurso teológico vigente nessas obras fornece uma noção integradora homem/homem, homem/natureza e homem/cosmos. A vigência de um conjunto de orientações teóricas e práticas caracterizam regras cujo cumprimento perfeito levaria o homem a um estado elevado de propriedade e saber, auto-realização, felicidade e vida eterna. Esta linha de raciocínio tornou-se justificativa dos novos preceitos religiosos que se impuseram ao clero a partir do Seminário Episcopal reformado em 1856. O comportamento religioso previsto nos manuais apresentava-se como algo imprescindível para se atingir a sabedoria e a felicidade.

O catolicismo é apontado como a religião que mais detalha a natureza humana. A noção de queda presente nas bases ontológicas da teologia cristã se coloca como um questionamento singular e elevado acerca da conduta dos indivíduos¹⁸. Tendo como referencial os textos bíblicos, na teologia católica consta a compreensão, quanto possível da essência e dignidade do homem cuja imagem se relaciona com a sua própria experiência religiosa, atribuindo ao ser religioso uma específica relação com a realidade circundante. O afeto e amor depositados sobre a realidade fariam com que Deus revelasse a sua existência, uma vez que tudo é representação das idéias de Deus. Essa relação de amor lançada pelo homem perante a existência, o encaminha para a

¹⁷MARTINS, Patrícia C.M. Modernização e ensino superior para padres na província de São Paulo. *Ultimo Andar: caderno de pesquisa em ciências da religião / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião*, PUC-SP, ano 1, n.10, 2004. p.43-57.

¹⁸ Cf: NEVILLE, Robert Cummings (org.). *A condição humana: Um tema para religiões comparadas*. São Paulo: Paulus, 2005, p. p.195-222.

superação do dualismo. A partir da teologia o homem passaria a compreender a posição que ocupa no universo, despertando a confiança interna e a auto-realização de Deus.

Na teologia cristã tomista o homem é composto de uma alma racional e de um corpo de alta perfeição e beleza, o que representa o traço de união entre a natureza puramente espiritual e o mundo animal. Assim, seu espírito penetra no mundo dos espíritos e seu corpo faz parte do mundo animal. O homem é uma representação admirável da unidade com o Criador. Reconhecer tal dimensão é entrar condignamente em sua nobreza vivente, cuja pessoa alia mortalidade e imortalidade, racionalidade e irracionalidade, trazendo em sua natureza toda a imagem da criação. O homem é o portador de uma dádiva explícita, aquele para quem Deus dá uma assistência especial, pelas inúmeras capacitações adquiridas pelos sacramentos: virtude e espírito de piedade; dignidade e prática das boas obras; abstenção do mal; reta intenção e oração¹⁹.

Dentro das leis em vigor os seminários deveriam oferecer o ensino fundamental e secundário para meninos. O ensino fundamental e o secundário colaboravam com a inserção de alunos nas demais faculdades de ensino superior. Não havia ainda na província de São Paulo uma escola com estrutura física e pedagógica adequada à difusão do ensino elementar muito menos quanto à difusão do ensino secundário. Funcionava na Faculdade de Direito do Largo São Francisco um curso anexo, preparatório para o vestibular, que era insuficiente para atender a demanda de alunos.

Para atender as exigências educacionais da época o Seminário Episcopal de São Paulo dividia-se em duas alas: seminário menor, onde funcionava o ensino fundamental e o secundário; e, seminário maior, onde funcionava o ensino sacerdotal. Os capuchinhos eram responsáveis pela formação dos alunos em ambas as instâncias de ensino. A presença destes professores nos cursos de formação básica – destinada à juventude masculina - garantia entre os alunos a difusão do pensamento filosófico-teológico que estava justificando a religiosidade católica então prevista. Na grade curricular do secundário constavam disciplinas como: Filosofia, Direito Civil, Direito Canônico, História Sagrada, História Profana, Retórica, Geografia, Gramática Latina e Portuguesa, Música e Canto Gregoriano, Arte Sacra e Ciências²⁰. Essas disciplinas são as mesmas previstas pelo *Ratio Studiorum*²¹, método de ensino desenvolvido pelos jesuítas no século XVI. “E Paris foi o modelo escolhido pelos Padres na organização do seu primeiro grande colégio. Em matéria de repetição, disputas, composições, interrogações e declamações, foi deliberadamente o de Paris, o *modus parisiensis*”²². O *Ratio* foi reformulado e, em 1832, por deliberação papal enviado às ordens e

¹⁹ BOHENER, P. Gilson. *História da Filosofia cristã*. Petrópolis: Voes, 1995. p.106-114.

²⁰ Cf. POLIANTEIA comemorativa do 1º. Quinquagenário da Fundação do Seminário Episcopal de S. Paulo (1856-1906), p.7-12. Junto a apresentação do primeiro corpo docente, tem-se apresentação das disciplinas que seriam ministradas.

²¹ FRANCA, Pe. Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

²² Idem, p. 8.

congregações dedicadas à educação²³. Ao que indica o princípio educacional do *Ratio* foi adotado pelo Estado Monárquico brasileiro, uma vez submetido ao tomismo que defendia as disposições da hierarquia política.

O primeiro corpo docente que assumiu o Seminário de São Paulo, eminentemente formado pelos padres capuchinhos, tinha como principais componentes: frei Eugênio de Rumilly, que assumiu como reitor; frei Firmino de Centelhas, vice-reitor; frei Germano de Annecy professor de Álgebra, Geometria e Física. Estes são apresentados na poliantéia comemorativa dos cinquenta anos do Seminário, como os três grandes pilares dos saberes garantidos pela instituição. A coletânea de textos da poliantéia enfatiza os traços da personalidade destes capuchinhos e dos demais que participaram na instituição como formadores. A descrição da personalidade desses formadores corroborava com a definição da postura de religiosos que os alunos deveriam assumir diante de uma sociedade em transformação.

O prédio do Seminário Episcopal de São Paulo, inaugurado em 1856, fora construído em conformidade com o modelo das instituições totais²⁴. Fechado em si mesmo, o Seminário era cercado por muros altos, que separavam os alunos ali reunidos da sociedade que se configurava fora das imediações do recinto. Tipo de estabelecimento arquitetônico sócio-pedagógico cujo propósito é a garantia de uma sociabilidade distinta daquela presente no ambiente externo. Instituições como estas apresentam um caráter coercitivo favorável à definição de uma estrutura mental autônoma em relação às demais linhas de raciocínio em desenvolvimento. Além do caráter coercitivo, vital para a construção de uma conduta específica dos alunos, o internato, garantia condições de estudo para os alunos que vinham da área rural e não tinham onde ficar. O prédio do seminário, foi construído no bairro da Luz próximo ao Convento da Luz, da Cavalaria e da Cadeia pública, locais de representações do poder instituído dos portugueses. Desde a colônia a Luz era sede de feiras e negociações comerciais da aristocracia rural. A estação ferroviária da Luz, construída em frente do Seminário, tonou-se estratégia de divulgação da escola, despertando a atenção dos fazendeiros atraindo a matrícula dos filhos da aristocracia.

Além do Seminário Episcopal de São Paulo - um objeto de pesquisa pouco explorado pelos pesquisadores - Fernando Arruda Campus em seu trabalho *O tomismo*

²³ Idem, p.25.

²⁴ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

no Brasil²⁵, aponta os autores e grupos que mais teriam se destacado nesta vertente. Durante o século XIX, José Soriano de Souza (1833-1895), teria sido, no Brasil, o maior representante do pensamento tomista. Formado em Medicina no Rio de Janeiro, e Filosofia em Lovain, José Soriano se especializou e adquiriu o título de doutor em ambas as faculdades. Leonel Franca e Campus verificam na obra de Soriano as características da renovação tomista do final do século XVIII. A partir da doutrina de São Tomás ele confrontava a filosofia moderna e procurava fornecer soluções adequadas aos problemas fundamentais do homem moderno. “Seu primeiro livro, *Compendio de Filosofia*, ordenado segundo os princípios e métodos de São Tomas de Aquino, foi adotado como livro de texto, nos seminários do Brasil. A finalidade da obra é divulgar a metafísica do Aquinense”²⁶. Além do *Compêndio de Filosofia*, indicado nos seminários do Brasil, com o mesmo cunho ideológico as obras *Filosofia do Direito e Noções de Direito Público*, publicadas em Recife, repercutiram entre os magistrados.

Antônio Luiz de Melo Vieira, professor de filosofia do curso anexo da Faculdade de Direito de Recife, também teria se projetado como filósofo defensor do tomismo; sua obra mais famosa: *Da interpretação filosófica, na evolução dos fatos históricos*. Obra em que Antônio Luiz de Melo Vieira, adentra a filosofia medieval, utilizando Santo Agostinho e Tomás de Aquino, para provar que a providência divina e a liberdade humana são causa de todos os fatos históricos.

Ainda dentro da discussão levantada por Campos, outros nomes se destacaram, tais como: dom Afonso de Moraes Torres (1805-1865), nascido no Rio de Janeiro, como bispo do Pará, publicou o *Compêndio de Filosofia Racional*, em 1852. O médico Vicente Cândido Ferreira de Sabóia, o Visconde de Sabóia, formado em Filosofia pela universidade de Lovain, dentro de uma abordagem eclética perpassou vários pontos do neo-tomismo, publicou vários trabalhos sobre medicina questionando a origem do homem e sua natureza combatendo o evolucionismo presente nas concepções positivistas.

Para Campus, no século XIX, foram poucos os filósofos que, no Brasil, se opuseram ao tomismo. Tobias Barreto foi considerado o maior representante do pensamento que se opunha ao tomismo: o positivismo. Tobias Barreto defendia, nas

²⁵ CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 1998. p.45-52.

²⁶ Idem, p. 48

suas teorias, o pensamento doutrinário de Augusto Comte, o evolucionismo de Darwim e a lógica de Stuart Mill. O grande embate entre as duas vertentes, tomismo e positivismo, recaía nos objetivos e finalidades da filosofia para com o homem moderno. Como racionalistas, os positivistas defendiam que a essência da filosofia se debruçava sobre a questão dos seus limites. Os filósofos tomistas, calcados no pensamento medieval, defendiam que a essência da filosofia era o relacionamento entre razão e fé ou mesmo pensar a fé nos limites da razão.

De acordo com Hobsbawm²⁷, o período que vai de 1848 até 1875 - período que marca a presença dos Capuchinhos no Seminário e o auge do conservadorismo no Brasil – deve ser visto como um momento de resultado dos impactos da modernidade industrial sob a sociedade europeia. Uma das características deste impacto foi o abandono ou afastamento dos antigos paradigmas dispostos na Filosofia e Teologia, que haviam se desenvolvido até o século XVIII. Os novos pressupostos atrelados à concepção de ciência moderna, que davam aporte ao desenvolvimento tecnológico e conseqüentemente material, se voltaram para os saberes da física, química e biologia. Augusto Comte passou a liderar na filosofia o paradigma de ciência, em cuja teoria vigorava a hipótese de que o terceiro e último estágio de desenvolvimento do homem era o científico, sendo o primeiro estágio o teológico e o segundo o metafísico. No âmbito da economia predominavam as teorias de Stuart Mill. Liderando o paradigma de apreensão da realidade, atuando no âmbito daquilo que hoje chamamos de ciências biológicas, estava Herbert Spencer, e na seqüência encontramos os postulados de Darwim. As teorias de Darwim acabaram sendo o estopim que liquidou ainda mais com o discurso religioso enquanto paradigma eficaz para entender a realidade. As questões que se levantavam no âmbito da teologia começaram a serem vistas com descaso pela sociedade moderna. Ao lado dos artistas, os filósofos mantiveram sua característica de pessoas admiráveis. Os teólogos, contudo, sofreram banalização e descaso, em quase todos os meios sociais.

Neste sentido a fundação e desenvolvimento do Seminário de São Paulo, ajudou a construir, no Brasil, a presença de um discurso que estava sendo desconstruído entre os intelectuais europeus. A estrutura de ensino disposta sobre a nação brasileira, no qual

²⁷ Cf: HOBSBAWM, Eric. *Ciência, religião e ideologia*. In: *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 349-382.

se insere o Seminário Episcopal, indica a eficácia do Estado Monárquico quanto à definição de uma linha ideológica comum sobre a nação.

Para os paulistas o Seminário de São Paulo foi construído e se desenvolveu como centro de difusão do ensino qualificado e diferenciado pela difusão de uma moral humanística. O pensamento religioso se opunha às manifestações e anseios do homem moderno, consideradas um caminho para degradação humana. O catolicismo ia contra os questionamentos suscitados pela sociedade submetida aos impactos da modernização que, motivada pelos avanços tecnológicos proporcionavam uma mudança no paradigma de conhecimento.

Os tomistas mantinham uma linha de questionamento que prezava pela permanência da sociedade pré-capitalista. Esta forma de existir do pré-capitalismo, ligada à vida no campo, encontrou paralelos na sociedade brasileira do século XIX, sobretudo, naquela que se configurava na província de São Paulo com a ascensão da economia cafeeira.

Os cursos de filosofia, estruturado nas instituições de ensino do país, garantiram a predominância do pensamento tomista no Brasil. O tomismo, no Brasil Monárquico, teve grande expressão, não se restringindo a uma concepção teologia defendida exclusivamente pelo clero dos seminários conservadores. Mesmo permeado pelo ecletismo, o tomismo foi defendido nas academias brasileiras sob a proteção da corte, repercutindo no conjunto da mentalidade da elite política-econômica.

Considerando que por intermédio dos bispos e padres a escolástica tomista se propagou no Brasil desde o século XVIII e continuou sendo constituída em meio ao discurso da modernidade durante o século XIX, trata-se de uma vertente do pensamento brasileiro, disposta no processo histórico das instituições de ensino; um elemento de longa duração da cultura brasileira que permeia a ordem política e sócio-cultural. A proclamação da república no final do século XIX põe fim ao padroado régio brasileiro. A partir de então o clero deixou de ser um membro da ordem política instituída, ou seja, um funcionário do Estado. Contudo os bispos e padres, submetidos exclusivamente à hierarquia continuaram difundindo o pensamento tomista no Brasil por intermédio da educação, posto que não foram impedidos de exercer seu papel de educadores da sociedade. Na passagem do século XIX para o XX a educação tornou-se o espaço por onde a Igreja Católica continuou garantindo os paradigmas de conhecimento de uma

filosofia-teológica tominsta. Disposta na educação, essa filosofia-teológica transitou da esfera política para a esfera da cultura.

Concluí-se, com esta discussão, que o tomismo francês ou escolástica francesa, passou a ser difundido com mais veemência durante a segunda metade do século XIX, numa tentativa de consolidar a autoridade monárquica de dom Pedro II. Miguel Reale²⁸ em seu trabalho *Filosofia em São Paulo*, aponta para a predominância do tomismo nas orientações filosóficas efetivadas durante todo o Império. O tomismo no Brasil teria sido permeado por aquilo que ele definiu como filosofia eclética pelo fato de apresentar-se dentro de um diálogo com outras vertentes filosóficas. O ecletismo se apresenta como um diálogo filosófico contraditório em alguns pontos, constituído entre os intelectuais do Brasil num movimento de justaposição que descaracterizou as tensões comumente apresentada pelos filósofos europeus. O pensamento conservador para Mercadante, em *Consciência conservadora no Brasil*, “passa a alinhar-se também com o futuro, não mais com o passado, girando as divergências em torno de método”²⁹. Para Mercante, o conservadorismo predominante entre a elite política brasileira apresentou-se como uma vertente ideológica conciliatória, que define a dialética da História no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)**. Ibitinga,SP: Humanidades, 1993.
- BOHENER, P.Gilson. **História da Filosofia cristã**. Petrópolis: Voes, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. Carta Pastoral sobre o Seminário. In: **A Igreja na História de São Paulo (1851-1861)**. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953. p. 314. Carta Pastoral n. 8.
- CAMPOS, Fernando Arruda. **Tomismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

²⁸ REALE, Miguel. *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976.

²⁹ SOUZA, Nelson Melo de. Apresentação da nova edição. In: MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, p.38.

COGNIN, P. Jean de. **Les Capucins en Savóie**. Chambéry: Rosier De Sant François, 80, Faubourg; Montmelien, 1934

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FONTOURA, Ezechias Galvão da. **Vida do Exmo. e Revmo. D. Antônio Joaquim de Melo**, Bispo de São Paulo e do Conselho da sua Majestade o Imperador Conde Romano Prelado doméstico de sua santidade assistente ao Trono Pontifício, Etc. Etc. São Paulo: Escola Typ. Salesiana, 1898.

FRANCA, Pe. Leonel. **Lições de Filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

FRANCA, Pe. Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

HOBBSAWM, Eric. Ciência, religião e ideologia. In: **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Instituto Braudel; Imprensa Oficial, 2005.

MARTINS, Patrícia C.M. **Seminário Episcopal de São Paulo e o paradigma conservador do século XIX**. São Paulo, 2006. 309f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARTINS, Patrícia C.M. Modernização e ensino superior para padres na província de São Paulo. **Último Andar**: caderno de pesquisa em ciências da religião / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião, PUC-SP, ano 1, n.10, 2004. p.43-57.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003

NEVILLE, Robert Cummings (org.). **A condição humana**: Um tema para religiões comparadas. São Paulo: Paulus, 2005.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987

REALE, Miguel. **Filosofia em São Paulo**. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.

DOCUMENTOS

CONGREGAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE SALES. Atas (1887-1889). Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Localização: Seminário Episcopal de São Paulo, Estante 11, gaveta 3, n.21.

MELO, Antônio Joaquim de. *Regulamento ao clero*. 2 de agosto de 1851. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentos Interessantes, p.27-42. Estante 15, gaveta 79, n.52.

MELO, Bispo Antônio Joaquim de. **Regulamento para ordinandos**. São Paulo, 1852. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, pastas avulsas do Seminário Episcopal de São Paulo 1854-1864, p. 1-6.

POLIANTEIA comemorativa do 1º. Quinquagenário da Fundação do Seminário Episcopal de S. Paulo (1856-1906).

SALES, S. Francisco de. **Filotéia ou introdução a vida devota**. Petrópolis: Vozes, 1937. 5º Edição.